



GT 066. Visualidades Indígenas

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF) -
Coordenador/a, Edgar Teodoro da Cunha (UNESP)
- Coordenador/a

O GT visa reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de socialização da linguagem do cinema e do vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e experiências correlatas. O objetivo das sessões será analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.

Etnografia da tela (e fora da tela): decolonização da práxis cinematográfica e luta do Povo Mapuche no documentário de Jeannette Paillán

Autoria: Paula Manuella Silva de Santana

A discussão proposta aqui busca refletir sobre os caminhos para a decolonização da práxis cinematográfica a partir do filme documentário *¿Punalka, el alto Bio Bio?* (1995), da cineasta mapuche Jeannette Paillán. Para tanto, escolho uma abordagem teórico-metodológica que ressalte os diálogos entre uma etnografia da tela e de fora da tela. Neste sentido, articulo aquilo que Rial (2005) denominou de *“etnografia de tela”* com uma análise que entrecruza a crítica epistemológica dos estudos pós-coloniais e a etnografia de uma estadia em território Mapuche, em 2015. Alia-se também as ferramentas da crítica cinematográfica (iluminação, planos, trilha sonora, modos de apresentar as personagens e seus movimentos dentro do filme, as escolhas relativas à montagem e ao modo de narrar a história). *¿Punalka, el alto Bio Bio?* é lançado em 1995, expondo as fraturas das tensões pós-coloniais em contexto globalizado no Chile. A obra abre senda para uma meditação em torno dos fios soltos existentes entre a produção teórica (tanto sobre cinema originário, quanto sobre o contexto sócio-cultural pós-colonial), puramente acadêmica, e o que emerge dos movimentos sociais e que, posteriormente, se converte em teoria. Tem-se, assim, uma práxis cinematográfica fronteiriça, com o alargamento de quadros epistemológicos que deixam margem a empréstimos de saberes diversos e desestabiliza os modos de compreender o mundo sedimentados na academia. Embrenhar-se no universo do documentário de Paillán significa perpassar motivos narrativos como natureza, cultura material, rito, cosmologia e luta anticapitalista realçando aspectos importantes de uma autorrepresentação que vai na contramão das estereotípias da indústria cinematográfica e do cinema ocidental hegemônico. O cinema da autora enseja uma profunda tessitura que aproxima a diegese, o modo de narrar e de fazer cinema com as relações conflituosas com a sociedade não-indígena. Essa articulação torna presente, ainda que invisível, a figura do estado-nação, da qual o povo Mapuche faz e não faz parte, uma vez que são excluídos, silenciados e perseguidos no tocante ao acesso à direitos. Diante deste contexto tenso, é possível compreender o potencial decolonial de seu cinema, em termos de teoria e prática, uma vez que subverte o padrão de poder colonial em várias esferas. Em sua obra, Paillán abre portas e janelas para que espectadores (as), críticos (as), acadêmicos (as) e as próprias forças estatais possam adentrar no universo Mapuche e construir uma *“identificação cruzada”* (Shohat & Stam, 2006, p.452), isto é, dividir a crítica e a denúncia das lógicas de



dominação, assim como a responsabilidade de garantir representação.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

